

## 5 Considerações finais

A partir de uma questão oriunda da minha prática docente, pertinente à análise sintática de frases com os predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*, empreendi este estudo que teve como foco os predicadores acima citados, que são representativos de um grupo maior e cuja complementação exige um elemento de medida. O campo de estudo foi limitado para que fosse possível estudar de forma um pouco mais aprofundada um assunto que tem sido tratado sem o aprofundamento necessário.

Ao longo do caminho percorrido na realização desta análise, investiguei o tratamento dado pelas gramáticas tradicionais aos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*. Minha constatação foi a de que esses predicadores são classificados ora como transitivos diretos e seus complementos objetos diretos, ora como intransitivos e, nesse caso, seus complementos classificados como adjuntos adverbiais.

A análise sintática apresentada nas escolas é baseada na identificação e classificação dos termos que constituem a frase, tratando as realizações apenas na sua estrutura sintática, com base em conceitos, às vezes semânticos, como o de transitividade que contempla a dicotomia presença/ausência de complementação à direita. Essas definições são restritivas e, como vimos no desenvolvimento desta dissertação, muitas vezes essas definições e classificações não conseguem enquadrar a maioria das manifestações da língua, ou seja, não há coerência entre a teoria e a prática. Isso se deve ao fato de que a análise restrita a rótulos de classificação de termos da frase deixa de contemplar as relações semânticas inbricadas no enunciado lingüístico. Essa análise pseudo-sintática é limitadora e não dá conta dos fatos da língua.

O ensino de análise sintática de base tradicional não motiva os alunos a se interessarem pelo aprendizado da língua portuguesa, uma vez que eles não conseguem identificar qual seria, na realidade, a real aplicação de todas aquelas

classificações de objeto direto, objeto indireto, adjuntos adnominais, e outras muitas vezes contraditórias. Ao não conseguirem fazer uma relação entre aprendizado e vida real, os dissentes não interiorizam os conceitos e ficam desmotivados criando resistências ao aprendizado, sendo o que mais se ouve: ‘Português é muito difícil’.

Além disso, a literatura pertinente não ajuda. Os conceitos que povoam as gramáticas e compêndios gramaticais impõem à língua uma espécie de ‘camisa-de-força’ uma vez que aprisionam algo que é dinâmico, conseqüentemente, confundem os estudantes causando-lhes insegurança e desencanto pelo aprendizado do vernáculo. Grande parte do problema está na necessidade de classificar os elementos frásicos em função de ser esse tipo de exercício o solicitado em exames de admissão em várias instituições de ensino da cidade. Nem sempre, como visto, isso é possível. Não é por acaso que o estudo da sintaxe tem merecido destaque nas pesquisas da língua portuguesa. Muitas são as questões que insistem em nos inquietar, uma vez que a língua é dinâmica e, portanto, está sempre em evolução.

A gramática tradicional ainda se apóia em dois pilares: o poder e a autoridade, porque ainda determina como a língua deve ser falada e escrita, engessando-a em rótulos, classificações e definições, deixando de analisar a língua como um instrumento de comunicação.

Por não ter encontrado consenso nas gramáticas e compêndios gramaticais por mim selecionados para a investigação dos verbos acima mencionados, decidi buscar nas teorias lingüísticas disponíveis uma linha que privilegiasse o uso da língua e investigasse a frase como um todo, e não somente suas partes, as relações estabelecidas entre seus termos e que levasse em conta o verbo como centro dinâmico da frase. Fui buscar na teoria funcionalista essa abordagem da língua como instrumento de comunicação e, portanto, em constante evolução para empreender sua função: a de comunicar.

Em Halliday encontrei a descrição de linguagem como um sistema ‘potencial de significados’, os quais são realizados no uso. A língua é um ‘sistema de significados’, ou seja, quando as pessoas usam a língua, seus atos lingüísticos são a expressão desses significados. A partir dessa perspectiva, a gramática se torna um estudo de como os significados são construídos através do uso de palavras e outras

formas lingüísticas tais como o tom e a ênfase. Esse foco significa que as ‘regras’ na Gramática Funcional são expressas como conjuntos de opções possíveis, como sistemas de escolhas. Em qualquer contexto, há um número de significados que os falantes devem expressar e um número de estruturas que eles devem usar para expressá-las.

Alinho-me com esse autor, o qual defende como única abordagem possível de sucesso a de gramáticas que reconheçam o significado e o uso como traços centrais da língua e abordem a gramática a partir desse ponto de vista. Se a língua é comunicação, sua análise não pode se restringir apenas à classificação de elementos de sua estrutura, ela é maior, ela carrega uma mensagem.

Fui buscar na teoria da gramática de valências o que sempre considerei, de forma intuitiva, o ponto de partida de uma análise: o verbo. É ele que determina todas as relações que serão estabelecidas entre os seus complementos, incluído aí também o sujeito da gramática tradicional. A gramática de valências postula que o verbo é aquele que determina os traços sintáticos-semânticos dos elementos que ocupam os espaços abertos por ele destinados aos argumentos e as funções semânticas realizadas pelos argumentos no conjunto frásico. Ele é quem estabelece quais os traços que são necessários para que seus complementos co-ocorram na frase. E essa determinação implica em restrições semânticas.

Minha análise se baseou na descrição das propriedades ou traços sintático-semânticos do verbo, por considerar o verbo o centro dinâmico da frase, ou seja, o verbo é o *predicador*. Defini *argumento* como os elementos participantes da relação com o *predicador*. Os argumentos se relacionam de forma coesa estabelecendo uma relação de dependência com o verbo ao que chamei de *valência verbal*.

Nessa relação existente entre o *predicador* e seus *argumentos* verifiquei dois níveis de estrutura: uma onde se estabelecem relações semânticas ou restrições de co-ocorrência e, a outra, onde se estabelece a combinação formal ou sintática. As relações de co-ocorrência ou relações sintático-semânticas são as que determinam a natureza sintático-semântica dos argumentos. A relação sintática determina a estrutura que possibilitará a realização verbal, ou seja, o número de espaços que o verbo exigirá para sua complementação.

Ao analisar as frases dos exemplos nesta dissertação, verifiquei que, num primeiro momento, pode-se até mesmo julgar as realizações dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* como semelhantes do ponto de vista formal. Sua apresentação estrutural é, digamos, ‘quase’ semelhante. Porém, em uma análise um pouco mais profunda, verifiquei haver uma distinção entre essas realizações. Foi somente através da descrição dos traços sintático-semânticos do predicador e seus argumentos que pude constatar suas diferenças.

Tomando como base a teoria valencial para a análise dos predicadores em questão, verifiquei que os predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* são os determinadores da dinâmica da frase e é deles que deve partir a análise dos demais elementos. Há uma relação sintática e semântica de A2 com o centro dinâmico, ou predicador da frase, e com A1, constituindo assim o que se pode chamar de termos argumentais, uma vez que estes são exigidos pelo predicador. Verifiquei ainda um forte grau de coesão de A2 com o predicador, não só por seu posicionamento na frase, a posição imediatamente à direita, mas também por sua dependência ou subordinação ao predicador não podendo ser eliminado sob pena de prejudicarmos a compreensão do enunciado.

Como podemos observar da análise feita com os predicadores *medir* e *pesar*, dependendo da classe semântica em que se encontrem, *ação* ou *estado*, a valência desses verbos abrirá espaços diferentes em cada situação que deverão ser preenchidos com um complemento com traços semânticos específicos. Esse complemento deverá apresentar determinados traços semânticos que são determinantes para sua realização. Em outras palavras, os elementos frásicos apresentarão determinados traços semânticos em virtude da valência do predicador ser diferente, por exemplo, seu complemento poder ou não ser cliticizável, e esse processo poderá ou não ser apassivável.

Dos testes de omissão, pode-se depreender que em nenhum dos casos foi possível omitir A2, uma vez que sua presença se faz necessária para a complementação semântica. Quanto à cliticização e à anaforização, estas só foram possíveis com os predicadores *medir* e *pesar* quando realizados na classe semântica

da *atividade/ação*. Nos outros exemplos a cliticização e a anaforização não foram possíveis.

A classificação desses elementos frásicos em adjuntos adverbiais também não se justifica, uma vez que percebe-se que o predicador abre o espaço e exige o seu preenchimento para a complementação de seu significado no plano da realização.

Dessa forma, uma noção de agentividade em oposição à noção de estatividade, expressa pelos mesmos predicadores *medir* e *pesar*, é determinada na relação do significado lexical verbal com A1 e com A2. É essa relação verbal que determinará as características sintático-semânticas de A1 e A2 na frase.

É fato que há a necessidade gramatical desses A2 ocorrerem, ou seja, o preenchimento de A2 é exigido por esses predicadores em suas realizações frásicas, sendo, portanto, complementos do predicador e considerados, de acordo com a gramática de valências *actantes*.

Do ponto de vista gramatical, os A2 que ocorrem com os predicadores *medir*, *pesar* e *custar*, ou seja, os actantes com valor de medida e custo, e os que ocorrem com o predicador *durar*, ou actantes com sentido temporal, são obrigatórios. Em outras palavras, esses complementos são exigidos semanticamente pelo predicador e são, portanto, actantes de medida e peso, preço e duração.

Justifica-se chamar esses elementos frásicos, A1 e A2, dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar*, termos argumentais, porque verifica-se que eles aparecem solicitados pelo significado lexical referido nesses predicadores, ou seja, estão condicionados pelas relações sintáticas e semânticas dos verbos. A2 dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* aparecem solicitados ou regidos pelo significado lexical referido por esses predicadores, o que nos leva a afirmar que tratam-se de termos argumentais no plano das potencialidades, actantes no plano das realizações.

Os A2 dos predicadores *medir*, *pesar*, *custar* e *durar* apresentam traços que podem até apontar para uma natureza ‘adverbial’ e também para uma semelhança com os chamados objetos diretos da tradição gramatical. No entanto, não podemos classificá-los como adjuntos adverbiais, uma vez que A2 é complemento do predicador, ou seja, o predicador exige o preenchimento desse espaço. Não podemos

também classificá-los como objetos diretos uma vez que não podem ser interrogados como os objetos diretos, nem cliticizados, tampouco podem ser apassiváveis, características desse tipo de complementação verbal, segundo a tradição gramatical.

Neste particular, a gramática de Rocha Lima aproxima-se dessa visão dos fatos quando propõe para os termos desta natureza a classificação de *complementos circunstanciais*.

Após identificar esses traços sintáticos e semânticos exigidos pelos predicadores, objeto de estudo desta dissertação, para os seus argumentos, verifiquei que havia uma constância de traços que identificavam uma relação intensiva entre o complemento A1 e o complemento A2 dessas realizações. Esse A2 estava relacionado ao A1 de forma atributiva, ou seja, A2 é atributo de A1.

Em vista do acima exposto, acredito que se partirmos de uma concepção de sintaxe como processo de comunicação, isto é, se estudarmos a sintaxe como a linearidade do discurso, onde a frase seria a unidade básica desse processo, estaremos dando aos nossos alunos uma visão mais pragmática e lógica de análise. É nas relações sintagmáticas que as unidades podem ocorrer num mesmo contexto, ou seja, cada palavra carrega certos pressupostos semânticos que determinam sua combinação com outras unidades e a essas relações chamamos de relações sintagmáticas léxico-semânticas. É a partir de um estudo das relações paradigmáticas e sintagmáticas que constituem a língua que podemos verificar o dinamismo desse sistema.

Se a língua não pode ser completamente explicada através da rotulação das palavras de acordo com sua classe, se necessitamos levar em conta as funções tanto quanto as classes, então também necessitamos ir além das palavras meramente. A língua é muito mais do que uma cadeia de palavras juntas. Necessitamos analisar e descrever padrões da língua em vários níveis diferentes.

Um outro conceito que abordei nesta dissertação foi o conceito de *transitividade*. Nesta dissertação, este termo foi usado em um sentido mais amplo do que o utilizado tradicionalmente. Em particular, ele se refere a um sistema de descrição da frase como um todo, ao invés de apenas ao verbo e seu objeto. O conceito de *transitividade* aqui utilizado baseia-se em Halliday e diz respeito a um sistema, o qual codifica nossa experiência de mundo e se liga com a função

ideacional da linguagem. No entanto, ele compartilha com o uso tradicional o foco no grupo verbal, uma vez que é o tipo de processo que determina como os participantes são rotulados: o ‘realizador’ de um processo físico como ‘chutar’ é diferente de um ‘realizador’ de um processo mental como ‘desejar’.

Os conceitos que povoam as gramáticas tradicionais e compêndios gramaticais confundem os estudantes causando insegurança e desencanto pelo estudo da língua portuguesa. Em grande parte as implicações da uma classificação dos elementos frásicos realizada pela tradição gramatical torna desinteressante o aprendizado da língua. A meu ver, o problema reside no fato de que essa classificação e a conseqüente definição são restritivas, uma vez que tentam enquadrar todos os exemplos sob um mesmo título, o que nem sempre é possível. O melhor seria o aluno poder refletir sobre o que lê, compreender e não classificar. O que penso ser uma saída para a desmotivação de nossos alunos com relação ao ensino da língua portuguesa é um ensino não classificatório e sim reflexivo sobre os meios de expressão da língua.

Finalmente, a minha tentativa de descrever de forma mais profunda os vários níveis de análise que uma frase propõe, serviu para mostrar a impossibilidade de restringir a um só termo de classificação uma riqueza de detalhes que os fatos da língua nos oferecem. A descrição que tentei mostrar nesta dissertação serviu também para que eu me certificasse de que há muito mais do que uma estrutura sintática nas realizações frásicas. As relações que identifiquei nessas realizações apontam para uma necessidade de se empreender uma análise mais ampla, mais lógica e, acredito, mais interessante da língua portuguesa. Em outras palavras, uma análise sintático-semântica das realizações lingüísticas. Ao analisar essas relações sintático-semânticas, os alunos de língua portuguesa estarão utilizando o conhecimento prévio que possuem de sua língua para refletir sobre ela e desenvolver proficiência, fazendo uso de suas intuições de falantes.

É com base nessa crença que defendo que devemos repensar o paradigma do ensino de língua portuguesa em vigor atualmente: o de classificar os elementos frásicos numa abordagem puramente de classificação sintática. Proponho uma mudança desse paradigma para uma descrição dos fatos da língua, levando em conta

a sintaxe e a semântica da língua. Por análise sintática, refiro-me à análise dos traços exigidos para que os elementos frásicos ocupem determinadas posições nas estruturas frásicas e por análise semântica as relações e restrições de co-ocorrência desses elementos quando de sua realização sintática. Acredito que essa abordagem reflexiva e descritiva da língua despertaria o interesse não só de nossos alunos pelo estudo da língua portuguesa, como também o das instituições de ensino .

A mudança desse paradigma tradicional não deve se restringir à sala de aula, mas se expandir para toda e qualquer oportunidade com a qual nos deparemos para promover a mudança, como, por exemplo, a elaboração de provas de exames de vestibulares, concursos, etc. O vestibular, especificamente, acredito ser uma oportunidade ímpar, uma vez que me parece ser para esse tipo de exame que a atenção da maior parte das instituições de ensino está voltada. A partir de uma questão reflexiva da língua em um exame de vestibular, teríamos uma movimentação no sentido de se repensar o ensino da língua portuguesa para atender a essa nova demanda.